



**MESTRADO PROFISIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

2018

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP

Fernanda Janaina
Pereira ROSANGELA FORTUNATO
PRIETO

CEUBAN - Santos

**UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS
MESTRADO PROFISSIONAL
PRÁTICAS DOCENTES NO ENSINO FUNDAMENTAL**

ROSANGELA FORTUNATO PRIETO

**ORIENTADORA: PROF. DRA. ELISABETH DOS SANTOS
TAVARES**

PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SANTOS-SP

1ª Edição

**SANTOS
CEUBAN
2018**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	3
OBJETIVOS.....	10
PRODUTO DESENVOLVIDO.....	10
REFERÊNCIAS.....	15

1 INTRODUÇÃO

“Inscreve-se o desafio de superar o paralelismo entre turno e contraturno e de fazer interagir o que pode parecer “dois currículos”... Toma-se imperativa a necessidade da construção coletiva do debate acerca das relações entre a base comum nacional (LDB nº 9.495/96) e o conjunto de possibilidades criadas tanto no âmbito do Programa Mais Educação como em outras experiências que estão sendo realizadas no país – em muitos contextos, compreendidas como “atividades complementares” e que, mesmo assim, estão encantando os estudantes, podendo vir a colaborar para o reencantamento do projeto educativo como um todo.”

Jaqueline Moll (MOLL, 2012, p. 141).

O mote inicial deste trabalho, desde o projeto de pesquisa até a finalização da Dissertação, foi analisar a implementação do Programa Federal Mais Educação no município de Santos, seus pontos vulneráveis e potencialidades para ampliar as possibilidades na formação integral dos alunos, investigando os resultados obtidos nas escolas contempladas pelo Programa.

Desta forma, paralelamente à revisão bibliográfica, realizou-se a análise de dados disponibilizados pelo INEP e pela Secretaria de Educação de Santos/SP quanto aos resultados obtidos na aprendizagem de conteúdos previstos no Ensino Regular, para finalmente propormos a construção de um projeto de intervenção que priorize a articulação dos saberes comunitários e acadêmicos, respectivamente, saberes trabalhados pelas oficinas culturais, esportivas e pedagógicas durante a participação dos alunos nas atividades do Programa Mais Educação e saberes trabalhados durante as aulas no Ensino Regular.

É ainda intenção da proposta de intervenção promover a formação continuada dos educadores comunitários envolvidos com a prática do Programa e garantir a participação dos pais. Espera-se com tais intervenções, promover o protagonismo entre educadores comunitários e alunos enquanto sujeitos, integrando-os aos saberes planejados no tempo e no espaço, constituindo o território previsto na proposta de Cidade Educadora, título conquistado pelo município de Santos e que necessita de ações permanentes de articulação e inovação.

Se, por um lado, entender as intervenções demanda assumir o currículo como uma construção cultural e social que necessita considerar e analisar os contextos (social, político, econômico, cultural e pedagógico) que o moldam, por outro lado, entendê-lo como forma de organizar uma diversidade de práticas educativas no cotidiano educacional supõe a

compreensão de que diferentes sujeitos e múltiplas concepções devem ser analisadas para contemplar os objetivos previstos pelo Programa.

Para Felício (2011), o currículo integral vai além da oferta de mais tempo nas instituições educacionais e do enriquecimento do currículo oficial. Deve ser compreendido como um único processo, construído na perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, tendo em vista a interdependência das áreas do conhecimento com as instituições e destas com o contexto social para assegurar a formação plena do estudante.

Logo, a presente proposta de intervenção é, na verdade, o produto final da Dissertação apresentada no curso de Mestrado Profissional à Universidade Metropolitana de Santos, intitulada Programa Mais Educação: do discurso à prática no município de Santos, que teve como ponto de partida a experiência profissional da autora, permeada por questionamentos diante de resultados e observação da prática no interior das escolas e da Seção de Ensino Fundamental no sistema municipal de ensino de Santos.

Produto Desenvolvido

A pesquisa abrangeu a análise de resultados do Programa Mais Educação como parte das políticas públicas no âmbito da Educação Integral proposta pelo Governo Federal e adotada pelo município de Santos, em um recorte selecionado de 2010 a 2016 em dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Santos e pelo INEP.

Os dados levantados e a pesquisa bibliográfica permitiram constatar que, desde o início do século XX, sempre se buscou algum tipo de ensino voltado aos alunos em situação de vulnerabilidade social como recurso para o cumprimento de metas e o desenvolvimento do país.

A autora Jaqueline Moll (2012) provoca reflexões em vários de seus registros e ilustra suas inquietações com breves relatos de autores consagrados como Anísio Teixeira. Dia a dia, toma a nação maior e mais intensa consciência de si mesma, de seus problemas, de suas contradições, de suas desigualdades [...].

Nesse processo de reconstrução, nenhum problema é mais essencial que o da escola, pois por ela é que se efetivará o novo senso de consciência nacional e se afirmará a possibilidade de se fazer permanente e progressiva a grande mobilização do esforço brasileiro (TEIXEIRA, 1958 apud MOLL, 2012, p. 129).

Diante do histórico das políticas educacionais, principalmente pós ditadura militar, até os dias atuais, a educação integral na escola pública brasileira representa um processo de minimização das consequências de uma educação excludente e elitista. Retomando aos direitos de aprendizagem em uma perspectiva de Cidade Educadora, entendendo a cidade como grande espaço educador; e que é possível aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas, utilizamos as ideias de Brandão para alicerçar tal reflexão.

A quem esta pareça ser mais uma possível ideia utópica, levada de uma fantasia social ilusória ao mundo da educação, devo lembrar que em diferentes contextos, tanto na Europa quanto aqui mesmo na América Latina, a ideia de recriar a cidade como um múltiplo cenário de espaços-lugares diversos em que diferentes modalidades de vivências do saber através dos mais previsíveis e inesperados diálogos entre categorias de pessoas possam conviver (BRANDÃO, 2012 apud MOLL, 2012, p. 69).

Pensar a cidade como espaço educativo e valorizar os saberes populares são ideias presentes na concepção do Programa Mais Educação.

Deve-se ressaltar que nas últimas décadas, a consciência social do direito à educação ganhou adeptos e a percepção de que é preciso mais tempo para uma formação integral adentrou os discursos educacionais, bem como a visão que respeita as necessidades intelectuais, sociais, culturais, esportivas e humanas do aluno enquanto sujeito de necessidades que precisa encontrar significado na aprendizagem. Sendo assim, a partir da análise de dados, da revisão bibliográfica e do aporte teórico subsidiado, principalmente, por Moll (2012), Brandão (2012), Felício (2011) e Santos (2012), esta proposta de intervenção pretende subsidiar ações para a efetiva articulação entre os saberes comunitários e acadêmicos e seus sujeitos na perspectiva da formação integral e da garantia da formação continuada dos educadores comunitários, considerando a realidade dos alunos e suas necessidades socioeducativas.

A prática desta pesquisadora em escolas públicas municipais e na Seção de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação de Santos levaram-na ao aprofundamento da temática por meio de leituras, participação em seminários e grupos de pesquisa, de modo a refletir e sugerir propostas voltadas para a qualidade da educação integral no município.

Neste sentido, conforme dados fornecidos pela Secretaria de Educação, garante-se a oferta de mais de 35% de vagas para o ensino fundamental, ultrapassando hoje a Meta 6 do Plano Nacional de Educação, que objetiva oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atingir, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica,

considerando o Programa Mais Educação e o Programa Municipal de Educação Integral Escola Total.

Como caminho, a autora sugere a reestruturação das formações dos educadores comunitários em parceria com a formação dos professores, na tentativa de construir um trabalho articulado entre professores do Ensino Fundamental e educadores responsáveis pelas atividades do Programa Mais Educação.

Explicita-se que o Programa Mais Educação é o programa estruturante de uma educação que, ao ver seus tempos e espaços ampliados, não quer incorrer em "mais do mesmo", conforme afirma Moll.

A identidade do Programa Mais Educação é a sua preocupação em ampliar a jornada escolar modificando a rotina da escola [...]. Esse aspecto refere-se ao esforço para contribuir no redimensionamento da organização seriada e rígida dos tempos na vida da escola, contribuição esta reconhecida nos conceitos de ciclos de formação que redimensionam os tempos de aprendizagem e de cidade educadora, território educativo, comunidade de aprendizagem que pautam novas articulações entre os saberes escolares, seus agentes (professores e estudantes) e suas possíveis fontes. Esses últimos articulam as relações entre cidade, comunidade, escola e os diferentes agentes educativos, de modo que a própria cidade se constitua como espaço de formação humana (Moll, 2012, p. 133).

Ainda como resultado do processo de investigação, encontrou-se, nos dados analisados e no resultado do IDEB das escolas focalizadas, um registro de necessidades quanto à transformação da prática que garanta a organização dos tempos e espaços para a formação em serviço dos sujeitos envolvidos e a articulação por meio do diálogo entre os educadores comunitários e os professores.

Diante do exposto, a presente proposta recomenda ações que objetivam a articulação entre as ações propostas pelo Programa e a escola de forma a assegurar as condições para que todos os educandos possam imbuir-se dos conhecimentos necessários ao seu desenvolvimento integral em tempo integral.

Entretanto, do mesmo modo em que se produzem argumentos de defesa à implantação plena da Educação Integral, não podemos desconsiderar seus grandes desafios. A emergência de novos perfis profissionais ao lado da docência está entre eles, como afirma Leclerc:

A educação integral é mediatizada pelo trabalho dos profissionais da educação, das áreas sociais, culturais, do esporte e outras, dos educadores populares com saberes reconhecidos e estudantes universitários [...] de modo a consolidar as demandas formativas ao sistema nacional de formação e aos programas nacionais de formação. (LECLERC, 2012, p. 314).

Entende-se o papel do professor e do educador comunitário como ponto fundamental no avanço do percurso construtivo do aluno, pois estes profissionais podem compreender as necessidades do aluno em meio à diversidade de atividades propostas.

Portanto, a integração curricular e articulação de saberes na educação integral representam um percurso importante a ser percorrido entre o ensinar e o aprender. Para que isso aconteça, é necessário um arranjo institucional que preconize a unidade na diversidade dos saberes mediatizados pelas relações pedagógicas em sala de aula e na ampliação da jornada escolar. Um trabalho pautado em projetos com temáticas interdisciplinares possibilita a integração e seus desdobramentos. A articulação curricular proposta pela interação entre saberes acadêmicos e comunitários, presente em normativos legais, está distante da prática cotidiana.

Nas escolas descritas na análise de dados, onde decorreram os estudos, as práticas de articulação mostraram-se superficiais e até inexistentes como pode-se verificar nos dados levantados. Uma prática articuladora exposta na dissertação foi a participação de educadores comunitários e professores na Reunião Pedagógica de Avaliação Trimestral, o que já sinaliza um avanço na proposta articuladora.

Neste percurso, Santos (2012) propõe que a escola seja encarada como uma comunidade educativa, permitindo mobilizar o conjunto dos atores sociais e dos grupos profissionais em torno de um projeto comum, em que cada um se sinta respeitado e valorizado.

Todavia, o êxito de qualquer ação pedagógica depende do tipo de gestão que se exerce, e nesta perspectiva, a pesquisa apresentada e os dados fornecidos pela Secretaria de Educação sinalizam alguns pontos que justificam a necessidade de intervenção como a escassez de diretrizes e de monitoramento dos resultados do Programa Mais Educação, a ausência de plano de ação a partir dos resultados alcançados analisados, a necessidade de propostas articuladoras para as escolas participantes do Programa e a definição de uma política de formação articulada que contemple professores e educadores comunitários.

A partir das constatações acima, com base em Felício (2011), foram elencadas as vulnerabilidades que motivaram esta proposta interventiva, classificadas em ordem econômica, estrutural e profissional, conforme segue:

Quadro 1- Vulnerabilidades presentes na proposta do Programa Mais Educação no município de Santos

ECONÔMICA	Investimento	<input type="checkbox"/> Necessidade de valorização financeira dos Educadores Comunitários que atuam nas oficinas do Programa
	Manutenção	<input type="checkbox"/> Falta de investimento na manutenção da infraestrutura das escolas e adequação de espaços para a garantia das oficinas.
ESTRUTURAL	Espaço	<input type="checkbox"/> Inexistência ou inadequação de espaço para as atividades específicas das oficinas do Programa
	Tempo	<input type="checkbox"/> Insuficiência de reuniões para articulação entre professores do Ensino Regular e Educadores Comunitários; <input type="checkbox"/> Falta de tempo para realização de formação e orientações aos Educadores Comunitários; <input type="checkbox"/> Falta de tempo para participação dos Educadores Comunitários em reuniões de pais.
		<input type="checkbox"/> Dicotomia entre o currículo das jornadas do Ensino

	Currículo	Regular e Ampliada; <input type="checkbox"/> Ausência de compreensão da concepção de Educação Integral devido à falta de formação integrada; <input type="checkbox"/> Ausência de um plano de curso articulado entre o Ensino regular e a ampliação de jornada escolar.
PROFISSIONAL	Remuneração	<input type="checkbox"/> Falta de remuneração coerente com a função exercida; <input type="checkbox"/> Flutuabilidade de Educadores Comunitários devido à baixa remuneração; <input type="checkbox"/> Falta de vínculo empregatício, pois, são contratados como voluntários e exercem função de funcionários.
	Formação Continuada	<input type="checkbox"/> Ausência de formação continuada prevista pelo Programa; <input type="checkbox"/> Falta de articulação* com a concepção de Educação do município devido à falta de formações previstas pelo Programa.

Fonte: Informações coletadas na Secretaria Municipal de Educação de Santos.

A partir dos dados acima levantados, pressupõe-se que a base do trabalho a ser realizado por todos que atuam direta ou indiretamente na Educação Integral na rede municipal de ensino de Santos deve ser a disseminação de sua concepção e a articulação na gestão do processo de ensino e aprendizagem, promovendo uma educação pública emancipatória para

crianças e jovens e uma ampliação da jornada escolar que traga novos desafios e possibilidades de desenvolvimento integral.

Somente legitimando a participação de todos os envolvidos no processo de Educação Integral, possibilitando a articulação curricular a partir das necessidades socioeducacionais dos alunos, haverá o comprometimento necessário para a melhoria e transformação das realidades dos alunos participantes do Programa.

A proposta detalhada a seguir destina-se ao Programa Mais Educação e a toda proposta de Educação Integral que valide os diferentes saberes e considere as distintas necessidades. São ingredientes indispensáveis em propostas voltadas à Educação Integral - a escuta ativa de todos os envolvidos (professores, gestores, alunos, pais, educadores comunitários e funcionários), a elaboração coletiva de um projeto interdisciplinar que oriente as práticas e atividades, a compreensão da concepção de Educação Integral como um direito do aluno e não um assistencialismo do governo, a realização de formação continuada de professores e educadores comunitários, o respeito, a empatia e a postura integradora.

Portanto, esta intervenção deve favorecer a todos os envolvidos, à medida que visa a contribuir para a melhoria das condições de implementação de mudanças no Programa para atender uma demanda da Educação Integral no município de Santos que pode ou não assemelhar-se ao restante do país.

OBJETIVO

Articular o currículo por meio da gestão democrática e colaborativa dos projetos e das práticas interdisciplinares, garantindo a formação continuada de professores e educadores comunitários de forma a promover a aprendizagem significativa para os alunos participantes do Programa.

PRODUTO DESENVOLVIDO

A articulação nas escolas baseia-se em responsabilidade coletiva, favorecendo a autonomia e as necessidades individuais e coletivas, em uma perspectiva de pensar global para um agir local.

Neste caminho, como inovar e garantir a tão sonhada qualidade na Educação Integral? Partindo destas e muitas outras indagações políticas e pedagógicas, busca-se ampliar a

reflexão para não considerarmos como único um currículo oficial quase sempre preconizado por uma cultura dominante que valoriza os princípios sustentadores dessa cultura em detrimento de outras.

Quando se fala em articulação e garantia de direitos de aprendizagem é imprescindível entender a concepção da construção de um currículo integral para além da ampliação da permanência do aluno nas instituições educacionais, desenvolvendo um roteiro preestabelecido de atividades curriculares.

Faz-se necessário compreender o currículo integral como um único processo, construído a partir de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, tendo em vista a interdependência entre as áreas de conhecimento (SOUZA, 2010) e instituições de forma a garantir a formação plena do aluno.

Sendo assim, de acordo com o levantamento advindo da pesquisa, este plano de ação estará pautado em ampliar conceitos, transformar os currículos existentes; reorganizar os tempos para a formação em serviço e para o diálogo entre os profissionais e alunos; e construir um espaço de escuta e diálogo de forma colaborativa com o intuito de promover a interação entre Ensino Regular, ampliação da jornada escolar, família e saberes.

Para tal, impõe-se como necessidade a constituição de um plano de ação na Secretaria de Educação que contemple as políticas de educação integral articuladas às necessidades das escolas, alunos e profissionais.

O cerne deste estudo esteve em analisar para além dos números, para ouvir os sujeitos por meio da Secretaria de Educação e propor algo coerente com os dados e expectativas analisadas.

Sendo assim, organizar a formação continuada articulada entre professores e educadores comunitários, com seus saberes acadêmicos e comunitários, de modo horizontal e contextualizado, encontra sustentação nas ideias de autores com Jaqueline Moll, pois, esse ideal da formação plena garantido por um processo educativo que propicie ao educando desenvolver-se como pessoa e cidadão é preconizado [...] como resultado almejado por uma educação integral (GUARÁ, 2009; COELHO, 2009; MOLL, 2010).

Ou seja, deve-se considerar o aluno como sujeito do processo de ensino e de aprendizagem, com sua singularidade e necessidades específicas para o seu desenvolvimento e sua real inserção social.

O processo de formação de professores e educadores comunitários deve ser monitorado em todas as etapas: planejamento, organização, execução e avaliação, de modo a garantir a todos uma prática emancipatória, autônoma e articulada. Portanto, esta proposta interventiva indica procedimentos para a articulação na formação e na construção de um currículo integrador.

ROTEIRO DE IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

ETAPA 1 - SEDUC

Apresentação da proposta de formação articulada aos técnicos da Secretaria de Educação

ETAPA 2 - SEDUC

Elaboração de planejamento de formação articulada pelos técnicos da Equipe de Formação da Secretaria de Educação

ETAPA 3 - SEDUC

Apresentação da proposta de formação articulada à Equipe Gestora das UMEs (Unidades Municipais de Educação) contempladas pelo Programa Mais Educação

ETAPA 4 SEDUC/UME

Pesquisa de expectativa formativa entre professores do Ensino Regular e Educadores Comunitários da Jornada Ampliada

ETAPA 5 SEDUC/UME

Elaboração de projeto formativo articulado que atenda às necessidades das UMEs, dos professores e educadores comunitários

ETAPA 6 SEDUC/UME

Elaboração de projeto formativo que atenda às necessidades das UMEs, dos professores e educadores comunitários, prevendo a articulação Curricular Vertical (entre os Anos) e a articulação Curricular Horizontal (entre as turmas do mesmo ano)

ETAPA 7 SEDUC/UME

Elaboração de uma matriz de avaliação e monitoramento que deve ser realizada durante todo o processo formativo e acompanhar a realização das atividades no Ensino Regular e Ampliação da Jornada Escolar ETAPA 7 SEDUC/UME Realização das práticas formativas e monitoramento das atividades

As atividades realizadas na ampliação de jornada escolar devem estar diretamente relacionadas aos conteúdos trabalhados no Ensino Regular, para tanto, é necessário garantir um trabalho articulado por meio de projetos interdisciplinares elaboradas nos encontros formativos. Equipe de Formação da Secretaria de Educação necessita estar presente nas escolas para acompanhar as mudanças propostas nos encontros formativos e orientar ações no cotidiano escolar.

Portanto, planos de curso e planejamentos compartilhados entre o setor formativo pedagógico, professores e educadores comunitários podem servir como referencial para a articulação entre os saberes acadêmicos e comunitários, com o apoio e aporte teórico da Equipe Gestora da UME.

As formações dos profissionais realizadas pela SEDUC e pela própria escola em reuniões pedagógicas periódicas fortalecerão princípios e práticas que favoreçam o desenvolvimento integral e a aprendizagem contínua e significativa do aluno, extinguindo ou minimizando a dicotomia atual entre as jornadas regular e ampliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Implantar a formação articulada envolve modificar paradigmas formativos e curriculares, propõe um olhar integrador entre saberes comunitários e acadêmicos de forma horizontal, implica na transformação de uma postura dicotômica para uma postura dialógica emancipatória, enfim, desafia os envolvidos a atuar como cidadãos protagonistas da própria história.

Como não há novos caminhos, mas, novas formas de caminhar, a proposta exposta prevê escuta atenta, olhar compassivo e fala respeitosa entre profissionais, alunos e pais. Prevê ainda um monitoramento constante para ajuste de percurso durante o trajeto.

Essas articulações propostas não podem ser configuradas na perspectiva de manter a cisão, ainda existente, entre o ensino regular e ampliação de jornada, entre a educação formal e a educação não-formal, como se a primeira fosse legítima, com maior valor, em detrimento da segunda, considerada menos importante.

A questão de uma articulação supõe “defender um continuum entre as ações e experiências vividas nessas duas esferas de educação” (ARANTES, 2008, p. 8) que propiciam aprendizagens diferentes, compreendendo o processo educacional para além da educação formal.

O continuum preconizado pelas ações desenvolvidas entre o ensino regular e a ampliação de jornada escolar pressupõe superar a visão, afirmada pela instituição formal, de uma relação de reforço e de colaboração que a instituição não-formal deve oferecer à escolarização formal. Segundo Trilla (2008, p. 47), “a educação integral é um nobre ideal que há de ter em vista todas e cada uma das instâncias educacionais, mas para ser compartilhadas entre todas”.

Desta forma, pensar em formações e ações articuladas implica em superar a fragmentação das disciplinas trabalhadas na escolarização formal e integrar, nas atividades formais e naquelas que são organizadas na ampliação de jornada escolar, o conhecimento e as experiências necessários para a formação do cidadão.

Mais do que somente investir em formação, é preciso também encantar professores e educadores comunitários para a realização de um trabalho de excelência. Para tanto, cabe aos Governos Municipal e Federal garantir condições de trabalho, número ideal de alunos por turma, estrutura física dos espaços e remuneração digna para viabilizar a realização de uma intervenção de qualidade.

Neste contexto, a construção de um corpo conceitual que sustente a concepção de currículo da Educação Integral para além da expansão do tempo na escola e a garantia de formação de profissionais que entendam e desenvolvam ações educativas em perspectivas mais amplas que a escola são enfrentamentos e desafios necessários para que a Educação Integral possa configurar-se na dimensão de um direito de todos os cidadãos brasileiros em idade escolar, como prevê a Meta 6 do Plano Nacional de Educação.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus, 2008.

ARROYO, M., G. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre, Editora Penso, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O outro ao meu lado: algumas ideias de tempos remotos e atuais para pensar a partilha do saber e a educação de hoje. In: MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

COELHO, L. M. História (s) da Educação Integral. In: MAURÍCIO, Lúcia V. (Org.). Educação Integral e Tempo Integral. Brasília: INEP: Em Aberto, v. 22, n. 80, abr 2009.

FELÍCIO, H., M., S. A instituição formal e a não-formal na construção do currículo de uma escola de tempo integral. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.163-182, dez. 2011.

GUARÁ, Isa M. F. R. Educação e desenvolvimento integral: articulando saberes na escola e além da escola. IN: MAURÍCIO, Lúcia V. (Org.). Educação Integral e Tempo Integral. Brasília: INEP: Em Aberto, v. 22, n. 80, abr. 2009.

LECLERC, Genuína. Programa Mais Educação e Práticas de Educação Integral. In: MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOLL, J. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre, Editora Penso, 2012.

PATTO, Maria Helena Souza. A Produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SANTOS, R., M., N. Pontes entre nós. A articulação docente no 1º CEB – um contributo para a aprendizagem. Universidade Lusófona do Porto. Instituição de Educação, Porto, 2012.

SOUZA, Danilo de Melo. A Experiência em Palmas (TO) In: MOLL, Jaqueline et al. Caminhos da Educação Integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

TRILLA, Jaume. A educação não-formal. In: ARANTES, Valéria Amorim (Org.). Educação formal e não-formal. São Paulo: Summus, 2008.